

Uma boa e uma má notícia da dívida

Celso Pinto *

Quando a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, esteve, há duas semanas, nos Estados Unidos, ouviu uma frase no Federal Reserve, o banco central norte-americano, que considerou encorajadora. Não há razão para que o Brasil se precipite na negociação com os bancos credores, foi dito a ela.

A ministra entendeu a observação como um reforço à sua estratégia de não ter pressa para fechar um acordo com os bancos, embora, a rigor, ela também pudesse ter sido interpretada como uma sugestão para que o País não tome atitudes afoitas em relação aos credores.

Seja como for, o fato é que mudou substancialmente o parâmetro da negociação da dívida. No início da crise da dívida, a partir de 1982, a ênfase era evitar um colapso do sistema bancário, especialmente o norte-americano. A interferência dos governos centrais e dos organismos multilaterais era sempre no sentido de assegurar o maior e mais rápido fluxo possível de pagamentos aos bancos.

A estratégia funcionou. Os bancos capitalizaram-se, afastaram a ameaça imediata de um colapso com a dívida do Terceiro Mundo e fizeram reservas em geral bastante razoáveis para encarar prejuízos.



Bancos menores saíram do processo e a negociação ficou concentrada entre os atores com porte e interesses suficientes para lidar com a questão a mais longo prazo.

A contrapartida dessa situação mais tranqüila foi a relativa mudança de prioridades dos governos credores, traduzida, em boa medida, pela abordagem do Plano Brady. Não apenas porque ele finalmente incorporou o princípio da redução da dívida mas também porque ele passou a conviver pacificamente com atrasos nos pagamentos aos bancos comerciais. Manter as contas em dia com os bancos deixou de se ser pré-requisito indispensável para fechar acordos com o FMI e o Banco Mundial e negociar com os governos credores.

Obter dos países devedores um compromisso sério em torno de reformas liberalizantes de suas economias passou a ser mais importante do que ajudar a qualquer custo o caixa dos bancos (embora os acordos, obviamente, visem a gerar condições para que isso aconteça).

Essa é a boa notícia que o governo Collor pretende aproveitar. A má é que, sem parte do guarda-chuva dos governos credores e livres das ameaças da dívida à sua sobrevivência, os bancos estão mais motivados a tentar resolver seus problemas com países devedores pelo confronto. O Brasil será, certamente, um teste privilegiado desta tese.

*Correspondente deste jornal em Londres.